

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas aos exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2016 da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. O patrimônio líquido atingiu R\$ 5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016, líquidos da distribuição de R\$ 4,1 bilhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2016. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 4,7 bilhões. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais agradece aos seus acionistas e funcionários pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.**  
(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>ATIVO</b>	<b>17.415</b>	<b>17.380</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>17.415</b>	<b>17.380</b>
Disponível	407	125
Caixa e Bancos	407	125
<b>Aplicações</b>	<b>16.757</b>	<b>17.102</b>
Títulos de Renda Fixa - Privados	46	41
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.235	1.962
Quotas de Fundos de Investimentos	14.476	15.099
<b>Outros Créditos Operacionais</b>	<b>143</b>	<b>139</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>108</b>	<b>11</b>
Títulos e Créditos a Receber	103	-
Créditos Tributários e Previdenciários	5	11
<b>Despesas Antecipadas Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.581</b>	<b>2.162</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.494</b>	<b>2.086</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>2.494</b>	<b>2.086</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	222	215
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.272	1.871
<b>Investimentos</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
Participações Societárias	36	36
<b>Imobilizado</b>	<b>27</b>	<b>24</b>
Bens Móveis	16	14
Outras Imobilizações	11	10
<b>Intangível</b>	<b>24</b>	<b>16</b>
Outros Intangíveis	24	16
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.996</b>	<b>19.542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2016	2015
<b>PASSIVO</b>	<b>12.392</b>	<b>8.566</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>12.392</b>	<b>8.566</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>248</b>	<b>100</b>
Obrigações a Pagar	237	88
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	4	-
Impostos e Contribuições	7	12
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>50</b>	<b>40</b>
Outros Débitos Operacionais	50	40
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>12.094</b>	<b>8.423</b>
Pessoas	12.094	8.423
<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.150</b>	<b>1.768</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>2.150</b>	<b>1.768</b>
Outras Contas a Pagar	2.150	1.768
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.454</b>	<b>9.208</b>
Capital Social	4.699	4.699
Reservas de Capital	16	16
Reservas de Lucros	739	4.493
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.996</b>	<b>19.542</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA 2016 E 2015.**  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2016	2015
Prêmios Emitidos	6.810	6.710
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios	(48)	(9)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>6.762</b>	<b>6.701</b>
Receita com Emissão de Apólices	403	390
Sinistros Ocorridos	5.796	(5.809)
Custos de Aquisição	(95)	(95)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(212)	(492)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>1.062</b>	<b>695</b>
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	3	-
<b>Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Despesas Administrativas	(560)	(566)
Despesas com Tributos	(565)	(576)
Resultado Financeiro	948	1.160
Resultado Patrimonial	1	1
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>889</b>	<b>714</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(1)	(3)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>888</b>	<b>711</b>
Imposto de Renda	(199)	(1)
Contribuição Social	(251)	(89)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>438</b>	<b>621</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>438</b>	<b>621</b>
Quantidade de Ações	3.316.721	3.316.721
<b>Lucro Líquido por Ação - R\$</b>	<b>0,13</b>	<b>0,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**'DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015.**  
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>8.587</b>
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	621	621
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	31	(31)	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	(590)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	590	(590)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>405</b>	<b>-</b>	<b>9.208</b>
Dividendos pagos declarados AGO de 31/03/2016	-	-	-	-	(4.088)	(4.088)
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	438	438
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	(22)	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	22	-	(22)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	312	(312)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	(104)	(104)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>427</b>	<b>-</b>	<b>5.454</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.**  
(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializa seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2016 e 2015. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Icatu Assessoria Ltda.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de Preparação:** As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/15, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") alterada pela Resolução nº 343/16 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2017.  
**2.2 Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar, tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico.  
**2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.  
**2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c); • Provisões Técnicas (notas 3.5 e 8); • Aplicações Financeiras (nota 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (nota 6) e • Provisões Judiciais (notas 3.6 e 10.1).

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações:  
**3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. **b) Instrumentos Financeiros não derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e (II) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos, não havendo registro de empréstimo. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** (I) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2 Investimentos:** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente refere-se à Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., e está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial está apresentado na Demonstração do Resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **3.3 Imobilizado:** Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na Demonstração do Resultado. **3.4 Intangível:** Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. **3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder na proporção do percentual de participação da Companhia. Competem à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/16). Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração

e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e civis (nota 10). **3.7 Impostos e Contribuições: 3.7.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. **3.7.2 Impostos Diferidos:** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos/débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **3.8 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - Contratos de Seguro". **3.9 Norma emitida e ainda não adotada:** Em dezembro de 2016 a SUSEP emitiu a Circular nº 544/16, produzindo alterações à Circular SUSEP 517/15. A seguir estão resumidamente descritas as principais mudanças trazidas por essa nova norma: - Plano de contas: Inclui subcontas no plano de contas constante no Anexo X da Circular SUSEP nº 517/15; - Créditos tributários: institui o desconhecimento de créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando não forem atendidos os requisitos estabelecidos nessa Circular. Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia avaliou os impactos desta norma e concluiu que não há efeitos relevantes.

**4. GESTÃO DE RISCO**

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, cujo reporte será à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais Controles Internos, Controle de Investimentos e Atuarial, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas, bem como do atendimento aos requisitos legais dispostos na supracitada Circular. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo "Internal Control - Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO"). **4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros: 4.3.1.1 Risco de Crédito** - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 2.235 (R\$ 1.962 em 2015). O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2, conforme definido na nota 5.1, com exceção das quotas de fundos de investimentos não exclusivos, está alocado na data-base no rating AA- em R\$ 46 (R\$ 41 em 31/12/2015) no rating AAA de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três. **4.3.1.2 Risco de Mercado** - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de um basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2016			31/12/2015		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	0,02	0,28	16.752	0,90	8,92	16.915
IPCA	0,01	0,05	5	-	1,09	187
<b>Total</b>	<b>0,30</b>	<b>0,25</b>	<b>16.757</b>	<b>0,90</b>	<b>10,01</b>	<b>17.102</b>

**4.3.1.3 Risco de Liquidez** - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>438</b>	<b>621</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>438</b>	<b>621</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	10	(5)
Perda (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	-	3
Outros Ajustes	64	-
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	344	(2.287)
Créditos fiscais e previdenciários	(2)	(192)
Depósitos judiciais e fiscais	(401)	(226)
Despesas antecipadas	4	(3)
Outros ativos	(117)	23
Impostos e contribuições	321	251
Outras contas a pagar	426	243
Débitos de operações com seguros e resseguros	10	14
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.672	1.724
Provisões técnicas - previdência complementar	(3)	(2)
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>	<b>4.766</b>	<b>164</b>
Impostos sobre o lucro pagos	(386)	(248)
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>4.380</b>	<b>(84)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	90
Imobilizado e Intangível	-	14
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(10)	-
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(10)</b>	<b>104</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.088)	-
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(4.088)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento Líquido de caixa no exercício</b>	<b>282</b>	<b>20</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>125</b>	<b>105</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>407</b>	<b>125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Principais Ativos / Passivos Financeiros e seguros**

	31/12/2016			
	Até 3 Meses ou S/Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>17.303</b>	<b>46</b>	<b>211</b>	<b>2.024</b>
Caixa e Bancos	407	-	-	407
Aplicações	14.476	46	211	2.024
Créditos das Operações	143	-	-	143
Títulos e Créditos a Receber	2.277	-	-	2.277
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>14.438</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.438</b>
Contas a Pagar	2.294	-	-	2.294
Provisões Técnicas	12.094	-	-	12.094
Débitos das Operações	50	-	-	50

## 5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria:

Valor Justo por meio do Resultado	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>14.815</b>
Aplicações	3.383
Resgates	(3.100)
Rentabilidade	2.004
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.102</b>
Aplicações	4.915
Resgates	(7.481)
Rentabilidade	2.221
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>16.757</b>

## 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A rubrica "Créditos Tributários" no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 5 (R\$ 11 em 31/12/2015). Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. Em razão das ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado torna-se inviável uma projeção de prazo para realização

SEGUROS- CIRCULANTE	31/12/2014	Juros	Consti- tuição	Reversão	31/12/2015	Juros	Consti- tuição	Reversão	31/12/2016
Sinistros a liquidar administrativo	858	88	102	(460)	588	67	38	(239)	454
Sinistros a liquidar judicial	2.406	292	156	(433)	2.421	406	772	(1.624)	1.975
<b>Total</b>	<b>3.264</b>	<b>380</b>	<b>258</b>	<b>(893)</b>	<b>3.009</b>	<b>473</b>	<b>810</b>	<b>(1.863)</b>	<b>2.429</b>
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	3.355	575	1.534	(112)	5.352	971	3.409	(160)	9.572
Provisão para Despesas Relacionadas	80	11	57	(86)	62	12	46	(27)	93
<b>Total</b>	<b>6.699</b>	<b>966</b>	<b>1.849</b>	<b>(1.091)</b>	<b>8.423</b>	<b>1.456</b>	<b>4.265</b>	<b>(2.050)</b>	<b>12.094</b>

## PREVIDÊNCIA- CIRCULANTE

31/12/2014	Juros	Consti- tuição	Reversão	31/12/2015	Juros	Consti- tuição	Reversão	31/12/2016
Resgates e Outros Valores a Regularizar	5	-	-	(2)	3	-	-	(3)
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>

## 9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

31/12/2016	31/12/2015
<b>Provisões Técnicas - Seguros e Previdência</b>	<b>8.426</b>
Letras Financeiras do Tesouro	3
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	8.423
<b>Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>	<b>8.426</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.959
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	41
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	6.676
<b>Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>	<b>8.676</b>
<b>Total de Aplicações</b>	<b>17.102</b>

## 10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

## 10.1 Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que

se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis. Em causas fiscais, existem 4 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 2.355 (R\$ 2.095 em 31/12/2015). Em causas cíveis, existem 8 processos, sendo 7 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 227 (R\$ 191 em 31/12/2015) e 1 processo com probabilidade remota sem valor estimado do risco. **10.2 Obrigações Fiscais:** As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar", são compostas como segue:

	31/12/2014	Adições	Atuali- zação	31/12/2015	Adições	Atuali- zação	31/12/2016
Contribuição Social	566	49	57	672	101	70	843
COFINS	746	15	70	831	91	81	1.003
PIS	241	2	22	265	15	24	304
<b>Total</b>	<b>1.553</b>	<b>66</b>	<b>149</b>	<b>1.768</b>	<b>207</b>	<b>175</b>	<b>2.150</b>

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2015
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 879	R\$ 704	R\$ 843	R\$ 672
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.234, sendo R\$ 1.056 COFINS, e R\$ 178 PIS	R\$ 1.020, sendo R\$ 879 COFINS, e R\$ 141 PIS	R\$ 1.167, sendo R\$ 1.003 COFINS, e R\$ 164 PIS	R\$ 966, sendo R\$ 831 COFINS, e R\$ 135 PIS
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 159	R\$ 147	R\$ 140	R\$ 130

## 10.3 Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações

Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

	Atuali- zação	Saldos em	Atuali- zação	Saldos em	Atuali- zação	Saldos em
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Social	598	47	59	704	102	73
COFINS	785	12	82	879	84	93
PIS	262	2	24	288	22	27
<b>Ativos Fiscais</b>	<b>1.645</b>	<b>61</b>	<b>165</b>	<b>1.871</b>	<b>208</b>	<b>193</b>

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**11.1 Capital Social:** O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 é R\$ 4.699 representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas. **11.2 Reservas de Capital:** A Reserva de Capital em 31/12/2016 e 31/12/2015 é composta por R\$ 15 de Subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07 e R\$ 1 de Reserva de ágio na subscrição de ações.

**11.3 Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 843 (R\$ 4.493 em 31/12/2015) são compostas por: Reserva legal de R\$ 427 (R\$ 405 em 31/12/2015) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 416 (R\$ 4.088 em 31/12/2015) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.088 com recursos da Reserva Estatutária.

**11.4 Destinação de Resultados:** No exercício findo em 31/12/2016, a Companhia apurou lucro de R\$ 438, cuja destinação proposta foi de R\$ 312 para constituição de Reserva Estatutária, R\$ 22 para constituição de Reserva Legal e R\$ 104 para constituição de Dividendos Propostos. **11.5 Dividendos:** De acordo com estatuto social da Companhia, são assegurados aos acionistas, dividendos mínimos equivalentes a 25% da Reserva Estatutária, ajustado conforme legislação vigente.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.454</b>	<b>9.208</b>
<b>Ajustes contábeis</b>	<b>(60)</b>	<b>(55)</b>
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(36)	(36)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	-	(3)
Ativos Intangíveis	(24)	(16)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>5.394</b>	<b>9.153</b>
<b>Capital Base (CB)</b>	<b>4.000</b>	<b>4.000</b>
Capital de Risco de Crédito	182	352
Capital de Risco de Mercado	12	-
Capital de Risco - Redução por correlação	(9)	-
Capital de Risco - Operacional	50	45
<b>Capital de Risco (CR)</b>	<b>235</b>	<b>397</b>
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))</b>	<b>4.000</b>	<b>4.000</b>
<b>Suficiência</b>	<b>1.394</b>	<b>5.153</b>
<b>Razão PLA/CMR</b>	<b>1,37</b>	<b>2,29</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>2.235</b>	<b>8.676</b>
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR %</b>	<b>951,15%</b>	<b>2185,39%</b>

## 13. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>	<b>245</b>	<b>139</b>
<b>Contas a Receber</b>		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	143	139
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	89	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	3	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	8	-
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	2	-
<b>Passivo</b>	<b>(50)</b>	<b>(47)</b>
<b>Contas a Pagar</b>		
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a]	-	(7)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	(50)	(40)
<b>Total (Ativos - Passivos)</b>	<b>195</b>	<b>92</b>
<b>Despesas</b>		
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a]	(17)	(20)
<b>Receitas</b>		
<b>Recuperação de Despesas</b>	<b>230</b>	<b>-</b>
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	197	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	10	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	18	-
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	5	-
<b>Total (Receitas - Despesas)</b>	<b>213</b>	<b>(20)</b>

## DIRETORIA

**Diretor Presidente:** Luciano Snel Corrêa

**Diretores:** José Fiel Faria Loureiro - Mário José Gonzaga Petrelli - Alexandre Petrone Vilardi - Cesar Luiz Salazar Saut

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0

a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; b) O saldo referente à Seguradora Líder originase da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar"; c) Dividendos a pagar a Icatu Seguros S/A..

## 14. SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	31/12/2016		
Ramo	Prêmios	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
DPVAT	6.762	85,7%	1,4%

	31/12/2015		
Ramo	Prêmios	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
DPVAT	6.701	86,7%	1,4%

## 15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Sinistros Ocorridos</b>	<b>(5.796)</b>	<b>(5.809)</b>
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(2.692)	(3.877)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(1.931)	(560)
Despesas com Sinistros	(1.173)	(1.372)
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>(95)</b>	<b>(95)</b>
Comissões - DPVAT	(95)	(95)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(212)</b>	<b>(492)</b>
Despesas com Cobrança DPVAT	(382)	(370)
Outras Despesas Operacionais - Consórcio DPVAT	170	(122)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(560)</b>	<b>(566)</b>
Pessoal Próprio	(18)	(12)
Serviços de Terceiros	(106)	(85)
Localização e Funcionamento	(48)	(49)
Convênio DPVAT	(322)	(322)
Outras Despesas Administrativas	(66)	(98)
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(565)</b>	<b>(576)</b>
Impostos	-	(89)
COFINS	(362)	(282)
PIS	(70)	(56)
Taxa de Fiscalização	(127)	(143)
Outros	(6)	(6)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>948</b>	<b>1.160</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>2.461</b>	<b>2.219</b>
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	487	803
Títulos de Renda Fixa - Privados	5	5
Títulos de Renda Fixa - Públicos	273	230
Convênio DPVAT	1.504	1.015
Outras Receitas Financeiras	192	166
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.513)</b>	<b>(1.059)</b>
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(1.455)	(966)
Outras Despesas Financeiras	(58)	(93)

## 16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2016	31/12/2015		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	888	888	711	711
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>888</b>	<b>888</b>	<b>711</b>	<b>711</b>
<b>Adições</b>	<b>222</b>	<b>222</b>	<b>120</b>	<b>120</b>
Doações e Patrocínios				
Indedutíveis	11	11	11	11
Tributos e Contribuições com				
Exigibilidade Suspensa	211	211	109	109
<b>Exclusões</b>	<b>(194)</b>	<b>(194)</b>	<b>(166)</b>	<b>(166)</b>
Tributos e Contribuições em				
Quest. Judicial	(193)	(193)	(165)	(165)
Dividendos Recebidos	(1)	(1)	(1)	